

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Foi criada e estruturada a área de Gestão de Materiais, que teve o início de suas atividades já em janeiro de 2015. Suas principais atividades são: (i) o planejamento e abastecimento dos materiais de estoque, parametrizando o sistema operacional (SAP) com o lead time, níveis de segurança e lotes econômicos de aquisição, tornando-se automáticas as emissões de requisições; (ii) acompanhar o giro de materiais estocados, principalmente neste início de monitoramento, dando outro destino aos materiais, cujas movimentações se mostraram pouco frequentes e (iii) aperfeiçoar a distribuição interna de materiais, racionalizando os centros de distribuição existentes (sub-armaxifários), os horários de distribuição e a equipe funcional. Esta nova estrutura da área de Gestão de Materiais contempla uma Central de Cadastro, responsável pelo controle da codificação de cada item a ser inserido no sistema operacional SAP, garantindo desta forma a não duplicidade de códigos, tendo também uma significativa e fundamental participação na padronização de itens junto a Engenharia de Produto, focando a conciliação de itens mais comerciais.

(iv) Ganho na utilização fabril.

Apesar de 2014 a fábrica do grupo INEPAR localizada em Araraquara executou mais de 1,2 milhão de horas, motivando a necessidade de trabalhar em três turnos devido a gargalos em algumas atividades do processo de produção, principalmente usinagem. Esses gargalos além de gerarem custos extras (transportes dos funcionários, novo turno de refatório, energia, água, entre outros) também são responsáveis por criarem ociosidade em outras atividades da produção ao longo dos outros dois turnos, reduzindo consideravelmente a utilização fabril, que encerrou 2014 com apenas 83%. Com o atual cenário pouco promissor para novas encomendas, no qual a Andritz Hydro será o principal cliente do grupo, estima-se para 2015 uma queda de 18% na carga total de fábrica, gerando a necessidade de adequação do quadro de funcionários, que deverá ser reduzido, até o final do 1º semestre de 2015, em aproximadamente 20%. Esta adequação mostra-se necessária, para que os custos operacionais sejam compatíveis com a situação econômico-financeira da Companhia, sempre visando a recuperação e continuidade de suas atividades. Este cenário não indica melhora nos resultados operacionais a partir do 2º semestre de 2015.

(v) Melhoria contínua dos processos.

Todas as metas do processo produtivo estão sendo revistas visando garantir um melhor controle, alocação humana e visibilidade dos processos e recursos. Com isso, já se sabe que haverá a necessidade de investimentos (CAPEX), iniciando-se pelos que demandarem poucos recursos financeiros, já a partir do 1º semestre de 2015. Algumas ações previstas para ganho de produtividade e otimização de recursos são: (i) maior rigidez e controle das atividades, (ii) fusão de departamentos e (iii) modernização e substituição de maquinários obsoletos.

(vi) Integração do sistema SAP no processo produtivo.

A integração do sistema SAP no processo produtivo, junto com os investimentos nos atuais gargalos, garantirá ao grupo INEPAR uma análise mais profunda de quais são os novos gargalos do sistema produtivo, bem como preparar e implementar ações para controlá-los. A integração do SAP no processo produtivo também permitirá analisar possíveis perdas de matérias primas em cada uma das atividades e, com esses dados, realizar projetos específicos de readequação do processo para que essas perdas sejam reduzidas.

(vii) Consolidação das áreas administrativas e desenvolvimento de KPI (key performance indicator) Desde o início do ano o time de administração de Araraquara tem consolidado áreas como, por exemplo, a engenharia de projetos que foi unificada e o outsourcing que foi absorvido pela área de suprimentos. Essas consolidações permitiram a companhia eliminar custos atrelados referentes a essas áreas bem como reduzir o quadro de funcionários. Além dessa consolidação de áreas, o grupo INEPAR está em processo de desenvolvimento de ferramentas de KPI (key performance indicator) que serão utilizadas na gestão.

A busca pelo ambiente de Recuperação Judicial, realizado em agosto de 2014, previa, além da reestruturação dos passivos do grupo e a proteção de seus ativos durante o processo, a necessidade de um alinhamento global de seus stakeholders.

O principal objetivo que se espera obter com o processo de recuperação, consolidado na aprovação do plano, é salmos deste momento delicado com o Grupo Inepar revigorado em sua estrutura de capital, com capacidade e potencial para aproveitar novamente as ondas de investimentos que o Brasil necessita, e certamente voltará a implementar, especialmente na área de infraestrutura.

A mudança na estrutura de capital do Grupo pode ser verificada abaixo com as alterações nas principais contas de passivo e ativo do Balanço Patrimonial do Grupo, na comparação pré e pós-aprovação do Plano de Recuperação Judicial (PRJ).

CONDIÇÕES PARA SIMULAÇÃO DO BALANÇO DA INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES PÓS-APROVAÇÃO DO PLANO.

O Plano de Recuperação Judicial apresentado em 24/10/2014 e posteriormente aditado em 01/05/2015 tem como objetivo a reorganização da estrutura de capital da empresa, visando permitir à Inepar S.A. Indústria e Construções a retomada do caminho de sucesso que a empresa percorreu ao longo de sua trajetória. O tratamento proposto para os passivos do Grupo INEPAR serão descritos abaixo, de forma a demonstrar aos atuais acionistas e demais stakeholders, uma simulação da estrutura de capital do Grupo Inepar pós-aprovação do Plano e o tratamento dos passivos conforme nele proposto.

Para simulação de Balanço, considerando a aprovação do Plano, foram convertidas as dívidas de credores classe I e IV conforme opção oferecida, classe II de acordo com a opção E, classe III conforme a opção D - todas essas respeitando o Plano base 24/10/2014. Dos credores de natureza Quirografária, que totalizam R\$1,5 bilhão, foram expurgados da base do Balanço Patrimonial de Dezembro de 2014 e convertidos em Debêntures Perpétuas com classificação no Patrimônio Líquido - este movimento foi considerado uma vez que as Debêntures respeitam as normas para esta classificação.

Para o cálculo do *Equity Value* foi considerado:

i. Avaliação dos ativos refletindo um enterprise value de acordo com o apresentado no Plano de Recuperação Judicial, o que ampliou o ativo imobilizado em R\$309 milhões, intangível em R\$699 milhões, investimento em R\$499 milhões e pleitos em R\$568 milhões.

ii. O passivo considerando apenas remanescentes da Recuperação Judicial, tributário em Refis (demais tributos estão em fase de discussão e com pouca probabilidade de exigibilidade).

Após as simulações utilizando as premissas acima apresentadas, a companhia reverteu um Patrimônio Líquido negativo de R\$1,1 bilhão para um positivo de R\$2,8 bilhões, atingindo os objetivos propostos no Plano de Recuperação Judicial. Esta reversão do Patrimônio Líquido permitirá à "Nova INEPAR" condições de retomada e galgar posições de destaque nos setores em que atua.

SIMULAÇÃO DO BALANÇO DA INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES PÓS-APROVAÇÃO DO PLANO (Balanço gerencial que não necessariamente segue todas as normas contábeis exigidas pelo IFRS):

Balanço Projetado Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais)				
	Consolidado	NOVA INEPAR	Utilizado P/	Não Utilizado
	31/12/2014	31/12/2014	Cálculo do	P/ Cálculo do
			Equity Value	Equity Value

ATIVO				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4.833	4.833		4.833
Clientes				
Contas a receber de clientes faturados	99.765	99.765		99.765
Contas a receber de clientes a faturar	61.502	61.502		61.502
Títulos e valores mobiliários	32.805	32.805		32.805
Estoques	375.581	375.581		375.581
Títulos a receber	17.929	17.929		17.929
Créditos de impostos	28.090	28.090		28.090
Dividendos a receber	8.582	8.582		8.582
Despesas antecipadas	597	597		597
Outros créditos	33.350	33.350		33.350
Total do Ativo Circulante	663.034	663.034		663.034

Não Circulante				
Realizável a longo prazo				
Clientes				
Contas a receber de clientes faturados	36.828	36.828		36.828
Contas a receber de clientes a faturar	482	482		482
Partes relacionadas	158.303	158.303		158.303
Títulos a receber	7.774	7.774		7.774
Títulos e valores mobiliários	70.458	70.458		70.458
Créditos de impostos	140.116	140.116		140.116
Depósitos judiciais	40.089	40.089		40.089
Outros créditos	60.364	60.364		60.364
Mútuos	1	656.221		656.221
Pleitos	2	657.975		657.975
Investimentos	3	622.574	1.121.671	908.240
Imobilizado	3	411.502	720.970	714.850
Intangível	3	458.980	1.158.398	1.124.903
Total do Ativo Não Circulante	2.007.470	4.829.650	3.405.968	1.423.682
Total do Ativo	2.670.504	5.492.684	3.405.968	2.867.716

Balanços Patrimoniais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.667		4.833	97.032
Clientes					
Contas a receber de clientes faturados	7	5.826	11.029	99.765	185.532
Contas a receber de clientes a faturar	7	10.391	-	61.502	120.630
Títulos e valores mobiliários	8	32.780	118.602	32.805	118.692
Estoques	9	-	8.153	375.581	410.510
Títulos a receber	10	-	17.580	17.929	55.026
Créditos de impostos	11	12.314	15.233	28.090	44.528
Dividendos a receber		-	3.080	8.582	11.280
Despesas antecipadas		3	273	597	6.047
Outros créditos	12	1.586	20.694	33.350	155.005
Total do Ativo Circulante		65.567	229.108	663.034	1.204.282
Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Clientes					
Contas a receber de clientes faturados	7	-	-	36.828	-
Contas a receber de clientes a faturar	7	482	26.353	482	26.353
Partes relacionadas	23	33.194	213.019	158.303	131.099
Títulos a receber	10	7.774	37.869	7.774	49.699
Títulos e valores mobiliários	8	11.265	40.941	70.458	105.963
Créditos de impostos	11	101.834	70.571	140.116	92.585
Depósitos judiciais		15.205	13.401	40.089	25.842
Outros créditos	12	-	-	60.364	68
Investimentos	13	528.502	674.004	622.574	703.481
Imobilizado	14	145.124	151.950	411.502	397.373
Intangível	15	391.513	391.513	458.980	460.600
Total do Ativo Não Circulante		1.234.893	1.619.621	2.007.470	1.993.963
Total do Ativo		1.300.460	1.848.729	2.670.504	3.197.345

Balanço Patrimonial Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores		19.493	18.478	205.405	153.093
Financiamentos e empréstimos	16	886.122	740.266	1.123.416	1.004.230
Debêntures	17	110.083	28.343	566.044	299.837
Salários e encargos sociais		13.343	6.413	327.570	211.568
Impostos e contribuições a recolher	18	54.376	38.235	201.876	144.023
Dividendos propostos	20	10.493	10.493	10.493	10.739
Provisão de custos e encargos	20	-	736	347.682	169.374
Adiantamentos de clientes	21	-	-	190.334	286.259
Títulos a pagar	21	30.831	24.569	33.024	27.601
Outras contas a pagar		18.635	28.536	57.252	50.435
Total do Passivo Circulante		1.143.176	896.069	3.063.342	2.357.159
Não Circulante					
Exigível a longo prazo					
Financiamentos e empréstimos	16	390	185.465	23.851	280.434
Debêntures	17	-	66.532	-	207.862
Impostos e contribuições a recolher	18	125.459	124.413	242.547	268.429
Partes Relacionadas	23	327.190	528.648	10.958	111.121
Impostos diferidos	22,1	74.197	75.350	115.403	127.615
Adiantamentos de clientes	20	-	2.118	-	2.118
Títulos a pagar	21	26.367	140.344	27.498	62.136
Provisão de custos e encargos	21	2.303	7.031	2.303	7.241
Provisão para contingências	24	221.157	180.189	260.301	100.291
Outras contas a pagar	25	454.191	-	595	-
Total do Passivo Não Circulante		1.246.350	1.325.845	704.493	1.198.426
Participação dos minoritários		-	-	(8.265)	14.945
Patrimônio líquido da controladora (Passivo a descoberto)					
Capital social	26	398.977	398.977	398.977	398.977
Gasto com subscrição de ações		(3.073)	(3.073)	(3.073)	(3.073)
Reserva de capital		1.995	4.621	1.995	6.629
Reserva de reavaliação		(1.619.898)	(903.950)	(1.619.898)	(903.950)
Prejuízos Acumulados		79.166	68.651	79.166	68.651
Ajuste de avaliação patrimonial		(1.089.066)	(373.185)	(1.089.066)	(373.185)
Total do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)		(1.089.066)	(373.185)	(1.097.331)	(358.240)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)		1.300.460	1.848.729	2.670.504	3.197.345

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Senhores Acionistas, A Administração da INEPAR S.A. Indústria e Construções (INEPAR), em recuperação judicial, em observância às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários submeteu à apreciação dos acionistas os fatos e eventos relevantes do ano, bem como o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, acompanhada do Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal.

RECUPERAÇÃO JUDICIAL.
Em 29 de agosto de 2014, a INEPAR S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial arquivou, em conjunto com as demais empresas do Grupo Inepar, seu plano de recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/05 (a LFRF).

	Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)										Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)		
	Reservas de Lucros					Outros Resultados Abrangentes							
	Capital Social Subscrito	(-) Gastos com Subscrição de ações	Reservas de Capital	Reserva Legal	Reserva de Ações em Tesouraria	Lucros da Assembléia	Lucros ou (Prejuízos) Acumulados	Reservas de Reavaliação	Custo Atribuído AAP	Ajuste de Avaliação Patrimonial			
Em 31 de dezembro de 2012 - Originalmente apresentada	398.977	(3.073)	4.621	2.209	(8.303)	54.022	(61.133)	67.321	80.231	(5.718)	529.154	19.290	548.444
Ajuste dos Títulos da Dívida Pública	-	-	-	-	-	(441.774)	348.925	-	-	-	(441.774)	-	(441.774)
Ajuste REFIIS	-	-	-	-	-	-	(158.356)	-	-	-	(158.356)	-	(158.356)
Ajuste dos Prelios	-	-	-	-	-	-	(6.489)	-	-	-	(6.489)	-	(6.489)
Ajuste de avaliação do investimento (CEMAT)	-	-	-	-	-	-	(65.141)	-	-	-	(65.141)	-	(65.141)
Ajuste Financiamento BNDES/PUT	-	-	-	-	-	-	12.702	-	-	-	12.702	-	12.702
Ajuste Financiamento FINEP	-	-	-	-	-	-	(6.690)	-	-	-	(6.690)	-	(6.690)
Ajuste Reflexo Debêntures (IEM)	-	-	-	-	-	-	(173.593)	-	-	-	(173.593)	-	(173.593)
Em 31 de dezembro de 2012 - Reapresentado	398.977	(3.073)	4.621	2.209	(8.303)	54.022	(553.549)	67.321	80.231	(5.718)	36.738	19.290	56.028
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	-	-	(405.271)	-	-	-	(405.271)	(4.115)	(409.386)
Ajuste patrimonial Reflexo de Investida (CEMAT)	-	-	-	-	-	-	(4.460)	-	-	-	(4.460)	-	(4.460)
Ajustes de Instrumentos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	498	-	498	-	498
Ganhos/Perdas de Capital s/ Coligadas	-	-	-	-	-	-	-	-	(690)	-	(690)	-	(690)
Ajuste Conversão s/ Coligada no Exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(90)	-	(90)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(192)	(90)	(282)
Resultado Abrangente Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(409.923)	(4.205)	(414.128)
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(140)	(140)
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(140)	(140)
Realização da Reserva Reavaliação	-	-	-	-	-	-	5.732	(5.732)	-	-	-	-	-
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado	-	-	-	-	-	-	5.670	-	(5.670)	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2013 - Reapresentado	398.977	(3.073)	4.621	2.209	(8.303)	54.022	(951.878)	61.589	74.561	(5.910)	(373.185)	14.945	(358.240)
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	-	-	(743.777)	-	-	-	(743.777)	(23.443)	(767.220)
Ajuste patrimonial Reflexo de Investida (CEMAT)	-	-	-	-	-	-	4.395	-	-	-	4.395	-	4.395
Ajuste patrimonial Reflexo de Investida (PENTA)	-	-	-	-	-	-	8.615	-	-	-	8.615	-	8.615
Ajustes de Instrumentos Financeiros	-	-	-	-	-	-	415	-	-	-	415	-	415
Ganhos/Perdas de Capital s/ Coligadas	-	-	-	-	-	-	-	9.043	-	-	9.043	-	9.043
Ajuste Conversão s/ Coligada no Exterior	-	-	-	-	-	-	-	5.428	-	-	5.428	-	5.428
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.471	233	14.704
Resultado Abrangente Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(715.881)	(23.210)	(739.091)
Reserva Legal	-	-	-	(2.209)	-	-	2.209	-	-	-	-	-	-
Reserva de Capital	-	-	(2.626)	2.626	-	-	2.626	-	-	-	-	-	-
Reserva de Lucros	-	-	-	-	-	(54.022)	54.022	-	-	-	-	-	-
Realização da Reserva Reavaliação	-	-	-	-	-	-	7.822	(7.822)	-	-	-	-	-
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado	-	-	-	-	-	-	2.956	-	(3.956)	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2014	398.977	(3.073)	1.995	-	(8.303)	-	(1.611.595)	53.767	70.605	8.561	(1.089.066)	(8.265)	(1.097.331)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL
A INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES - em Recuperação Judicial é uma Companhia de capital aberto e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob nº 76.627.504/0001-06, e NIRE - Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 35.3.0035492.3. Está sediada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda dos Jurus, nº 465 - Bairro Moema, CEP 04088-001.

A Companhia tem como atividade a criação de soluções, a fabricação e o fornecimento de bens de capital, equipamentos e serviços destinados a geração, transmissão, distribuição e consumo de energia elétrica; exploração e beneficiamento de petróleo e gás; infraestrutura para movimentação de cargas; transporte ferroviário e metropolitano; implantação e expansão de sistemas de infraestrutura para telecomunicações; participação em consórcios e em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio quotista ou acionista. Tais atividades são desempenhadas diretamente pela Companhia ou através de empresas controladas ou ligadas.

RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Em 29 de agosto de 2014, a INEPAR S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial ajuizou, em conjunto com as demais empresas do Grupo Inepar, pedido de recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/05.

A despeito dos esforços da administração junto aos credores, clientes e potenciais investidores, o pedido de recuperação judicial mostrou-se inevitável diante do agravamento da situação de crise econômico-financeira da Companhia.

A medida visa proteger o valor dos ativos das sociedades, atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades.

Em 15 de setembro de 2014, foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005 (a LFRJ), o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela INEPAR S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial e demais empresas.

A seguinte decisão determinou, ainda, dentre outras providências:

- Nomeou como administrador judicial, a sociedade Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda.
- Determinou a suspensão de todas as ações e execuções em curso contra as sociedades do Grupo Inepar, nos termos do art. 6º, §§ 1º, 2º e 7º, e do disposto no art. 49, §§ 3º e 4º, todos da LFRJ.
- Determinou a dispensa de apresentação de certidões negativas para que as empresas exerçam suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais e creditícios, e
- Determinou a apresentação, pelas empresas, de plano de recuperação judicial, na forma do art. 53 da LFRJ, até o dia 24 de novembro de 2014.

O plano de recuperação foi apresentado no prazo determinado.

Foi designada Assembleia Geral de Credores, em primeira convocação, para o dia 24 de fevereiro de 2015, ocasião em que seria necessária a presença dos credores titulares de mais da metade dos créditos de cada classe, com poderes para votar, e em segunda convocação, para o dia 24 de fevereiro de 2015, quando seria realizada a assembleia com a presença de qualquer número de credores.

Como não houve quorum na primeira convocação, a assembleia instaurou-se na segunda convocação (em 24/02/2015), ocasião em que, lido o edital de convocação e nomeado um dos credores para o cargo de secretário, a credora Liqueira Energética S.A. solicitou a suspensão da Assembleia, o que, colocado em votação, foi aprovado, pelo que a Assembleia foi suspensa até o dia 17 de abril de 2015, às 10 horas. Porém com o principal objetivo de finalizar os acordos em andamento com os principais credores esta assembleia foi adiada para 13/05/2015, às 10 horas.

ATENDIMENTO AO OFÍCIO CVM
Em 23 de setembro de 2013, a Companhia recebeu o Ofício CVM/SEP/GEA-1 N° 534/2013, datado de 18 de setembro de 2013, por meio do qual era informada do cumprimento dos pedidos de reconsideração formulados, no âmbito dos Processos CVM nºs RJ/10849 e RJ/10850, respectivamente, pela Inepar S.A. (empresa incorporada pela Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial em 2011) e pela Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial, acerca dos ajustes a serem feitos nas rubricas de contas a receber de clientes a faturar, nos valores dos Títulos da Dívida Pública Federal Extrema e nos valores da integralização do aumento de capital efetuado em 08 de outubro de 2004 na sociedade Pentia Participações e Investimentos Ltda., com a utilização do investimento representativo de 18,1% do capital social das Centrais Elétricas Matogrossenses - CEMAT. O Ofício determinou que as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 31/12/2012 fossem republicadas com os referidos ajustes bem como republicadas as Informações Trimestrais - ITR's posteriores a essa data.

Na apresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, a Companhia efetuou os ajustes de baixa dos saldos de clientes a faturar e dos Títulos da Dívida Pública, retroativamente nos saldos iniciais das demonstrações financeiras de 2012.

Quanto ao valor do investimento na empresa Centrais Elétricas Matogrossenses - CEMAT, utilizado para subscrição de capital na controlada Pentia Participações e Investimentos Ltda., por decisão da Diretoria da INEPAR no terceiro trimestre de 2014, procedemos a reclassificação do investimento CEMAT do ativo circulante, classificado como "bens destinados a venda", para o ativo não circulante na conta de investimentos e, como consequência, reconhecemos as equivalências patrimoniais do investimento na CEMAT desde a data de reclassificação para o circulante, nos saldos iniciais das demonstrações financeiras de 2013, até a data de hoje.

REESTRUTURAÇÃO
Como forma de acelerar o processo de recuperação da Inepar várias ações estão sendo desenvolvidas em diferentes níveis da empresa:

- Foi transferida para a cidade de Araraquara/SP a administração central do Grupo Inepar.
- Os sócios fundadores da Inepar foram destituídos de cargos ligados a administração direta da empresa, focando sua atuação no conselho de administração da empresa.
- Em 18/09/2014 foi eleito o Sr. Warley Isaac Nobis Pimentel como Diretor Presidente (CEO) da Inepar, em substituição a César Romeu Fiedler, com mandato até 31/12/2015.

- Tributário
A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal instituído pela Lei 12.996/2014 de 20/06/2014, o que, após a consolidação da dívida da Companhia no âmbito do referido programa, trará substanciais reflexos sobre saldo devedor de tributos federais da Companhia, bem como sobre seu fluxo de caixa. A expectativa é que o referido montante seja reduzido, após o aproveitamento dos benefícios previstos na legislação aplicável, de redução de juros, multas e encargos legais, bem como após a liquidação dos juros e multas remanescentes por meio da utilização do prejuízo fiscal e base negativa da CSSL. Quanto ao pagamento inicial de 20% previsto no Refis, informamos que estamos pleiteando judicialmente a utilização de créditos para a liquidação desta parcela. Os eventuais ganhos decorrentes deste novo parcelamento não estão refletidos nas demonstrações financeiras.
- Transparência no Balanço
A Companhia informa que atendendo às ressalvas existentes no relatório dos auditores independentes, revisou os valores do passivo das operações envolvendo CEMAT - Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. e BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, razão pela qual efetuou os devidos ajustes com as contrapartes para conciliação dos valores.

- Operacionais
(i) **Integração das atividades de administração (CSC)** - o grupo INEPAR, ao longo dos últimos anos, manteve as atividades de administração de cada uma de suas empresas de forma segregada. Por consequência dessa decisão, o grupo mantém um quadro elevado de funcionários. No decorrer do segundo semestre de 2014 a companhia iniciou o processo de integração dessas atividades, que deverá ser consolidada até o fim do primeiro semestre de 2015. Nesse período, a companhia obteve resultados perceptíveis - a exemplo do quadro de funcionários que foi reduzido em mais de 300 pessoas, gerando uma redução superior a R\$ 50 milhões por ano.

- (ii) **Revisão das análises contratuais** - também fruto da segregação das atividades até o segundo semestre de 2014 o grupo possuía diversos serviços administrativos terceirizados com diferentes companhias - como exemplo citamos os escritórios advocatícios, os quais somavam mais de 10. Em busca de ganhos de escala por meio de oferecer mais trabalhos a empresas com melhores condições comerciais, o grupo iniciou um processo de unificação (escolhendo sempre os que melhor realizam seus trabalhos) dessas atividades em apenas poucas companhias escritórias. Com isso, o grupo INEPAR almeja melhorar as condições de pagamentos e preços cobrados por esses terceiros selecionados.

- (iii) **Melhor gestão de supply chain e controle de estoque** - Em função do novo modelo de vendas, mais voltado a comercialização, houve uma redução do volume de compras. Desta forma, foi promovida uma centralização das áreas de Suprimento, Outsourcing e Global Source, cuja racionalização das atividades permitiu um ajuste da equipe ao longo do segundo semestre de 2014, sendo observada uma redução do quadro funcional da ordem de 60%, comparando dez/2014 com dez/2013.

- (iv) **SAF na utilização fabril** - Ao longo de 2014 a fábrica de Araraquara do grupo INEPAR executou mais de 1,2 milhões de horas, motivando a necessidade de trabalhar em três turnos devido a gargalos em algumas atividades do processo de produção, principalmente usinagem. Esses gargalos além de gerarem custos extras (transportes dos funcionários, novo turno de refelório, energia, água, entre outros) também são responsáveis por criarem ociosidade em outras atividades da produção ao longo dos outros dois turnos, reduzindo consideravelmente a utilização fabril, que encerrou 2014 com apenas 83%. Com o atual cenário pouco promissor para novas encomendas, onde a Andritz Hydro será a principal cliente do grupo, estima-se para 2015 uma queda na carga total de fábrica, sendo necessário uma readequação no quadro de funcionários previsto para o final do 1º semestre de 2015 devido às dificuldades financeiras que o grupo INEPAR está enfrentando. Esta situação ocasiona um retorno na melhoria dos resultados, que deve reagir a partir do 2º semestre de 2015.

- (v) **Melhoria contínua dos processos** - Todas as etapas do processo produtivo estão sendo revistas visando garantir um melhor controle, acompanhamento e visibilidade dos processos e recursos. Com isso, sabe-se que haverá a necessidade de investimentos, CAPEX, dos quais serão impactados a partir do 1º semestre de 2015, incluindo pelos que demandam poucos recursos financeiros. Algumas ações previstas para ganho de produtividade e otimização de recurros são: (i) maior rigidez e controle das atividades, (ii) fusão de departamentos e (iii) modernização e substituição de maquinários obsoletos.

- (vi) **Integração do Sistema SAP no processo produtivo** - A integração do sistema SAP no processo produtivo, junto com os investimentos nos atuais gargalos, garantirá ao grupo INEPAR uma análise mais profunda de quais são os novos gargalos do sistema produtivo e preparar as implementações para contorná-los. A integração do SAP no processo produtivo também permitirá analisar possíveis perdas de matérias primas em cada uma das atividades e realizar projetos específicos para que essas perdas sejam readequadas/reduzidas.

- (vii) **Consolidação das áreas administrativas e desenvolvimento de KPI** - Desde o início do ano o time de administração de Araraquara tem consolidado áreas, por exemplo: a engenharia de projetos que foi unificada e o outsourcing que foi absorvido pela área de suplementos. Essas consolidações permitiram a companhia eliminar custos atrelados referentes a essas áreas bem como reduziu o quadro de funcionários. Além dessa consolidação de áreas, o grupo INEPAR está em processo de desenvolvimento de ferramentas de KPI (key performance indicator) que serão utilizadas na gestão.

NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas compreendem:

- a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora**
As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários. A partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial nessas demonstrações.

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente "CPCs") emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

- b) Demonstrações Financeiras Consolidadas**
As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes das demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora constante nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

3.1 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES - em Recuperação Judicial e suas controladas apresentadas abaixo:

Empresas	Participação - %	
	31/12/2014	31/12/2013
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Pentia Participações e Investimentos Ltda.	100,00	100,00
Innovida Participações S.A.	100,00	100,00

Quanto à participação da Companhia na controlada IESA - Projetos Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial, estamos considerando o percentual de 100% em virtude de a mesma apresentar patrimônio líquido negativo.

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e pela NBC TG 36, dos quais destacamos os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as Sociedades incluídas na consolidação;
- Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios com as empresas incluídas na consolidação;
- Destaque dos valores da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado;

As demonstrações financeiras consolidadas e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

3.2 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vinculadas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificadas como itens circulantes e aqueles com vencimento em ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificadas como itens não circulantes.

3.3 Compensação Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.4 Conversão em Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Real (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria das suas transações, e as operações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional Real (R\$) na mesma moeda.

Transações e outros resultados são convertidos para a moeda funcional Real (R\$) com base em determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento das demonstrações financeiras e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez.

3.6 Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: a) mensurados ao valor justo por meio do resultado; b) recebíveis; c) disponíveis para venda e d) outros ativos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

- (a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**
Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido com o propósito de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.
- (b) Recebíveis**
Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante

b) Ajuste referente ao recálculo das dívidas bancárias de acordo com o contrato original.
 c) Efeito dos ajustes itens "a", "a1" e "b".
 c) Ajuste referente aos títulos de dívida pública - (R\$ 441.774) c) Ajuste referente ao REFIN (R\$ 346.925) c) Ajuste referente aos Pleitos (- R\$ 158.356)
 c) Ajuste referente ao recálculo da dívida das Debêntures conforme mencionado no item "a" (- R\$ 173.593) c) Ajuste referente a reclassificação do investimento CEMAT conforme mencionado no item "a" (- R\$ 6.489)
 c) Ajuste referente ao recálculo das dívidas bancárias conforme mencionado no item "b" (- R\$ 59.129)
 d) Efeito dos ajustes item "a".
 e) Efeito dos ajustes item "b".

	Posição contábil em 31/12/2013	Ajuste para equiparação das demonstrações	Posição Ajustada em 31/12/2013
ATIVO			
Investimentos/Bens destinados a venda (f)	203.854	(203.854)	-
Investimentos (g)	572.116	131.365	703.481
PASSIVO			
Financiamentos e Empréstimos (b)	844.448	159.782	1.004.230
Debêntures (h)	70.785	299.052	370.837
Prejuízos Acumulados até 2012 (c)	(255.008)	(243.671)	(498.679)
Resultado do exercício de 2013 (c)	(187.618)	(405.271)	(592.889)
RESULTADO DO EXERCÍCIO			
Equivalência patrimonial (d)	(54.552)	(61.540)	(116.092)
Despesas financeiras (e)	(306.934)	(156.113)	(463.047)
Reclassificação de investimento destinado a venda.			
g) Efeito líquido dos ajustes na controlada Penta Participações e Investimentos Ltda. (item "f")			
h) Ajuste contabilizado na controlada Inepar Equipamentos e Montagens S.A. referente ao recálculo da dívida das Debêntures de acordo com o contrato original.			

NOTA 5 - GERENCIAMENTO DE RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS
 Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC números 38, 39 e 40, e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- a) **Recebíveis:** São classificados como recebíveis os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.
- b) **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa por serem de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sendo mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- c) **Disponíveis para venda:** Os títulos e valores mobiliários (FIDC) são classificados como disponíveis para venda e mensurados ao valor justo, com a contrapartida diretamente do patrimônio líquido, até sua venda, quando será reclassificada para o resultado do exercício. O FIDC foi encerrado em 21 de março de 2014.
- d) **Derivativos:** A Companhia não mantém operações em derivativos.
- e) **Outros passivos financeiros:** São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos por fornecedores e outros passivos circulantes, que são avaliados pelo custo amortizado.
- f) **Valor justo:** Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.
- g) **Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros:** A Administração da Companhia realiza o gerenciamento da exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.
- h) **Risco de crédito:** A característica dos serviços e fornecimentos executados pela Companhia e de suas controladas e coligadas é de grandes empreendimentos, sendo que a maioria tem etapas de construção de médio e longo prazo e são pagos na medida em que vão sendo executados, reduzindo, desta forma, os riscos de créditos. Todos os preços são reajustados anualmente, conforme fórmula contratual.
- i) **Riscos de taxas de juros**
 O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros é de minimizar os possíveis impactos por conta das flutuações das taxas de juros indexadas aos seus instrumentos financeiros. Para isso, a Companhia adota a estratégia de diversificar suas operações, lastreando seus instrumentos financeiros em taxas fixas e variáveis.
- j) **Riscos de taxas de câmbio**
 A Companhia está exposta ao risco de taxa de câmbio. Para reduzir esse risco a Administração da Companhia monitora permanentemente o mercado de câmbio.
- k) **Risco de liquidez**
 A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.
- l) **Exposição de risco de capital**
 Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS
Exposição Cambial
 A fim de apresentar os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a Companhia, conforme determinado pela CVM, por meio das Instruções nºs. 475/08 e 550/08, apresentamos a seguir, demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio (risco de alta do dólar).

Descrição	Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial			
	31/12/2014	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Passivos				
Dívida Bancária	28.619	25.426	35.773	42.928
Exposição Líquida - R\$ Mil	28.619	25.426	35.773	42.928
Exposição Líquida - US\$ Mil	10,774	10,774	10,774	10,774
Taxa Dólar	2,36	2,36	3,32	3,98

Variação Cambial
 A Companhia está sujeita ao risco cambial em decorrência, principalmente, de empréstimos em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía uma exposição cambial de US\$ 10,7 milhões, conforme quadro acima.

Exposição a Juros
 A Companhia entende que os demais instrumentos financeiros não apresentam riscos relevantes e, portanto, dispensam a demonstração da análise de sensibilidade, referida na Instrução nº 475/08 e 550/08.

Instrumentos Financeiros por Categoria
 Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC nºs 38, 39 e 40, e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2013 conforme balanço patrimonial Circulante	Controladora		Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2013 conforme balanço patrimonial Circulante		Outros passivos financeiros	
	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Emprestimos e Recebíveis	Disponíveis para venda	Outros ativos financeiros	Total	Total
Caixa e equivalentes (a)	17.939	16.525	-	34.464	18.478	18.478
Contas a receber (b)	-	11.029	-	11.029	740.266	740.266
Títulos e valores mobiliários - FIDC (c)	-	110.001	-	110.001	28.343	28.343
Títulos valores mobiliários (d)	-	8.601	-	8.601	24.569	24.569
Títulos a receber (e)	-	17.580	-	17.580	28.536	28.536
Outros créditos (f)	-	-	20.694	20.694	-	-
Total Circulante	17.939	53.735	110.001	202.369	840.192	840.192
Não Circulante						
Contas a receber (b)	-	26.353	-	26.353	185.465	185.465
Títulos valores mobiliários - FIDC (c)	-	-	22.000	22.000	66.532	66.532
Títulos valores mobiliários (d)	-	18.941	-	18.941	140.434	140.434
Títulos a receber (e)	-	37.869	-	37.869	15.665	15.665
Outros créditos (f)	-	83.163	22.000	105.163	408.096	408.096
Total Não Circulante	-	132.001	20.694	307.532	1.248.288	1.248.288
TOTAL GERAL	17.939	136.898	132.001	307.532	1.248.288	1.248.288

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2014 conforme balanço patrimonial Circulante	Controladora		Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2014 conforme balanço patrimonial Circulante		Outros passivos financeiros	
	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Emprestimos e Recebíveis	Disponíveis para venda	Outros ativos financeiros	Total	Total
Caixa e equivalentes (a)	2.649	18	-	2.667	19.493	19.493
Contas a receber (b)	-	16.217	-	16.217	886.122	886.122
Títulos e valores mobiliários (d)	-	32.780	-	32.780	110.083	110.083
Títulos a receber (e)	-	8.316	-	8.316	30.631	30.631
Outros créditos (f)	-	-	1.586	1.586	18.635	18.635
Total Circulante	2.649	49.015	1.586	53.250	1.064.964	1.064.964
Não Circulante						
Contas a receber (b)	-	482	-	482	390	390
Títulos e valores mobiliários (d)	-	11.265	-	11.265	26.367	26.367
Títulos a receber (e)	-	7.774	-	7.774	15.095	15.095
Outros créditos (f)	-	68.31	84,31	152,62	41,852	41,852
Total Não Circulante	-	19.521	22.000	182,083	581,610	581,610
TOTAL GERAL	2.649	68.536	1.586	72,721	1.106,816	1.106,816

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2013 conforme balanço patrimonial Circulante	Controladora		Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2013 conforme balanço patrimonial Circulante		Outros passivos financeiros	
	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Emprestimos e Recebíveis	Disponíveis para venda	Outros ativos financeiros	Total	Total
Caixa e equivalentes (a)	40.095	56.937	-	97.032	153.093	153.093
Contas a receber (b)	-	306.162	-	306.162	844.448	844.448
Títulos valores mobiliários - FIDC (c)	-	-	110.001	110.001	70.785	70.785
Títulos valores mobiliários (d)	-	8.691	-	8.691	27.601	27.601
Títulos a receber (e)	-	55.026	-	55.026	50.435	50.435
Outros créditos (f)	-	-	155.005	155.005	-	-
Total Circulante	40.095	426.816	110.001	155.005	1.146.362	1.146.362
Não Circulante						
Contas a receber (b)	-	26.353	-	26.353	280.433	280.433
Títulos e valores mobiliários (d)	-	-	22.000	22.000	207.862	207.862
Títulos valores mobiliários (d)	-	-	83.963	83.963	62.136	62.136
Títulos a receber (e)	-	49.699	-	49.699	31.179	31.179
Outros créditos (f)	-	-	68,68	68,68	-	-
Total Não Circulante	-	76.052	22.000	84,31	581,610	581,610
TOTAL GERAL	40.095	502.868	132.001	239.036	1.727.972	1.727.972

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2014 conforme balanço patrimonial Circulante	Controladora		Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2014 conforme balanço patrimonial Circulante		Outros passivos financeiros	
	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Emprestimos e Recebíveis	Disponíveis para venda	Outros ativos financeiros	Total	Total
Caixa e equivalentes (a)	2.839	1.994	-	4.833	205.405	205.405
Contas a receber (b)	-	161.267	-	161.267	1.123.416	1.123.416
Títulos e valores mobiliários (d)	-	32.805	-	32.805	566.044	566.044
Títulos a receber (e)	-	17.929	-	17.929	33.024	33.024
Outros créditos (f)	-	-	33.350	33.350	57.252	57.252
Total Circulante	2.839	213.995	33.350	250.184	1.985.141	1.985.141
Não Circulante						
Contas a receber (b)	-	37.310	-	37.310	23.851	23.851
Títulos e valores mobiliários (d)	-	-	70.458	70.458	27.498	27.498
Títulos a receber (e)	-	7.774	-	7.774	21.038	21.038
Outros créditos (f)	-	-	60.364	60.364	-	-
Total Não Circulante	-	45,084	130,822	175,908	72,387	72,387
TOTAL GERAL	2.839	259,079	132,001	426,092	2.057,528	2.057,528

(a) **Caixa e equivalentes de caixa**
 As aplicações financeiras estão estruturadas em CDB's, e corrigidas em base exponencial "pro rata die", desde a data de origem de cada aplicação, por taxas pós-fixadas, portanto, os valores contábeis já estão registrados pelo valor da moeda no encerramento destas demonstrações.

(b) **Contas a receber**
 As contas a receber do ativo circulante correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos ou prestações de serviço.

(c) **Títulos e Valores Mobiliários - FIDC**
 Referem-se às quotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC, descritos na nota explicativa nº 8, que a Companhia manteve classificado como disponíveis para venda, sendo que os efeitos de ganho ou perdas referentes ao reconhecimento do seu valor justo foram registrados como Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido. O FIDC foi encerrado em 21 de março de 2014.

(d) **Títulos e Valores Mobiliários**
 Os valores lançados como Empréstimos e Recebíveis referem-se às debêntures não conversíveis em ações de emissão da GFS Premium Administração e Participações S.A. (Companhia incorporada em 15 de julho de 2011 pela Companhia Brasileira Diques) e da Ibrafem Estruturas Metálicas S.A., conforme informado na nota explicativa nº 8 itens "b" e "c".

(e) **Títulos a receber**
 Referem-se, principalmente, aos valores decorrentes de créditos sobre alienações de participações, corrigidas pela variação do IGP-M e com vencimentos até 2015, desta forma, seus valores contábeis refletem os valores de mercado.

(f) **Outros Créditos**
 Referem-se, principalmente, aos adiantamentos efetuados às consorciadas pertencentes ao Consórcio IESA/Consbem responsáveis pelo fornecimento e instalação de vias permanentes para a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), aos créditos pela venda pela IESA Projetos de parte da participação societária da TIISA - Triunfo IESA Infraestrutura S.A.

(g) **Fornecedores**
 São obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos de fornecedores pela Companhia e por suas controladas e coligadas.

(h) **Empréstimos e financiamentos**
 Os empréstimos e financiamentos não são contemplados com taxas subsidiadas, todas as operações possuem taxas que são consideradas taxas de mercado.

(i) **Debêntures**
 O valor de mercado dessas debêntures se aproxima substancialmente do respectivo valor contábil.

(j) **Títulos a pagar**
 São valores devidos a terceiros, principalmente, por conta de acordos judiciais, e os valores estão atualizados pelo IGP.M.

(k) **Outras contas a pagar**
 Referem-se, principalmente, aos valores devidos às empresas constituídas em consórcios/SCP, e seus valores estão atualizados.

NOTA 6- CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora	Consolidado
	31/12/2014	31/12/2013
Bancos Conta Movimento	18	17.939
Aplicação Financeira	2.649	16.525
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.667	34.464

NOTA 7 - CLIENTES

	Controladora	Consolidado
	31/12/2014	31/12/2013
Clientes Interno	28.633	43.833
Clientes Externo	8	8
Empresas Ligadas	-	246
PCLD (Provisão para Perdas)	(11.942)	(6.459)
Total	16.699	37.382

NOTA 8 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora	Consolidado
	31/12/2014	31/12/2013
FIDC (a)	-	132.002
GFS Premium - Debêntures	-	8.599
Debêntures Ibrafem (b)	11.189	10.271
Outras Aplicações e Títulos (c)	32.856	8.671
Total	44.045	159,543

Em 21 de março de 2014, através da Assembleia Geral de Colistas foi deliberado pelo encerramento do FIDC.
 b) O valor de R\$ 70.382 no consolidado (R\$ 64.604 em 31/12/2013) refere-se, principalmente a 46.060 debêntures não conversíveis em ações de emissão da Ibrafem Estruturas Metálicas S.A., emitidas em 30 de novembro de 2010, sendo 7.320 debêntures pertencentes a Inepar e 38.740 debêntures pertencentes a IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial. Conforme Ata da 1ª Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Emissão Particular de Debêntures Não Conversíveis, emitida em 29/11/2012, foi alterada a data de vencimento das debêntures de 30/11/2016 para 30/11/2018, prorrogação e determinação do prazo da amortização programada e dos juros remuneratórios das referidas debêntures, para uma parcela única com vencimento em 30/11/2018.
 c) Refere-se, principalmente, a compra de direitos creditórios, conforme instrumento particular assinado entre a Inepar e a empresa Atlântico Agropastoril Ltda, cujos valores serão utilizados para liquidação de passivos tributários (ICMS). Os valores serão pagos em 94 parcelas com vencimentos mensais a partir de 05/10/2014.
NOTA 9 - LIQUIDACIONES

	Controladora	Consolidado
	31/12/2014	31/12/2013
Produtos em elaboração	-	-
Insumos e materiais	-	-
Adiantamentos a fornecedores	8.153	157.498
Importações em andamento	-	78.889
	8.153	137.958
		375.581
		410.510

O saldo de estoques em elaboração refere-se a custos de obras em andamento que foram suportados pelas Companhias coligadas e controladas e que ainda não foram medidos ou cobrados dos clientes; a realização destes valores está condicionada ao cumprimento de etapas de serviços que serão faturados aos clientes ao longo da execução dos projetos (obras).
NOTA 10 - TÍTULOS A RECEBER
 O saldo de títulos a receber está composto por valores da Inepar S.A. Indústria e Construções e das controladas IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial e Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2014	31/12/2013
Venda de Ativos e Investimentos (a)	-	16.122
Venda de participações (b)	-	26.279
Créditos com terceiros (c)	7.774	7.775
Créditos com Prefeitura de Chapeco (d)	-	

Informações contábeis e controle patrimonial:

- Especificações técnicas;
- Conservação dos bens;
- Política de Manutenção - Visando salvaguardar os ativos;
- Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.
- O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação foram revistos no encerramento do exercício e não houve nenhum ajuste a ser aplicado.

Neste período, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, consequentemente, não houve provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizado foi necessária.

NOTA 15 - INTANGÍVEL CONTROLADORA

	Controladora		Total
	Marcas e Patentes	Agio sobre Investimentos	
Taxas anuais de amortização	20%	0%	
Em 31 de Dezembro de 2013			
Custo	247	391.513	391.760
Amortização acumulada	(247)	-	(247)
Valor contábil líquido	-	391.513	391.513
Saldo Final	-	391.513	391.513
Em 31 de Dezembro de 2014			
Custo	247	391.513	391.760
Amortização acumulada	(247)	-	(247)
Valor contábil líquido	-	391.513	391.513

CONSOLIDADO

	Consolidado					Total
	Marcas e Patentes	Técno	Desenvolv Projetos	Programas de Computador	Agio sobre Investimentos	
Taxas anuais de amortização	20%	20%	20%	20%	0%	
Em 31 de Dezembro de 2013						
Custo	247	5.000	937	33.025	425.485	464.694
Amortização acumulada	(247)	-	(400)	(3.447)	-	(4.094)
Valor contábil líquido	-	5.000	537	29.578	425.485	460.600
Adições	-	-	-	1.051	-	1.051
Amortização	-	-	(88)	(2.583)	-	(2.671)
Saldo Final	-	5.000	449	28.046	425.485	458.980
Em 31 de Dezembro de 2014						
Custo	247	5.000	937	34.076	425.485	465.745
Amortização Acumulada	(247)	-	(488)	(6.030)	-	(6.765)
Valor contábil líquido	-	5.000	449	28.046	425.485	458.980

No valor de R\$ 425.485 no consolidado lançado na rubrica de ágio sobre investimentos, está incluso o valor de R\$ 33.972 referentes à compra da participação, em 2011, na ITISA - Triunfo lesa Infraestruturas S.A. pela lesa - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial. No exercício de 2013, foi feito trabalho para alocação do preço de compra pago na aquisição da ITISA, que identifiqueu que o ágio pago devia-se integralmente à expectativa de rentabilidade futura.

O valor de R\$ 391.513, lançado na rubrica de Agio sobre Investimentos, refere-se a compra, em 2012, de 50% de participação no capital da Companhia Brasileira de Diques S.A., conforme instrumento particular de compra e venda de ações e outras avenças. Conforme já comentado na nota explicativa nº 4, em função das alterações dos normativos contábeis IFRS 10 IFRS 11, vigentes a partir de 2013, as companhias ITISA e CBD não serão mais contempladas nas demonstrações financeiras consolidadas e os ágios serão integralmente classificados e apresentados no intangível.

A avaliação econômica da Companhia Brasileira de Diques S.A., foi efetuada pela empresa especializada Moore Stephens Auditores e Consultores e o valor de mercado calculado através da metodologia do fluxo de caixa descontado a valor presente, por valor total de R\$ 1.217.468.

Em 26 de março de 2014, foi realizado pela empresa M&C Analises de Empresas, laudo de avaliação econômico financeira, constatando-se que o investimento permanece com o mesmo valor de mercado.

Conforme laudo de avaliação da empresa Appraisal Avaliações e Engenharia, emitido em novembro de 2014, para fins de constar no Plano de Recuperação Judicial, o valor da Companhia Brasileira de Diques (CBD), permanece com valorização de R\$ 650 milhões, correspondente à participação da Inepar S.A. Indústria e Construções.

NOTA 16 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Circulante				
Modalidade				
Adiantamento de Câmbio	-	-	14.114	11.890
Arrendamentos Financeiros	-	-	12.602	6.698
Ativo Permanente	528.262	497.471	697.124	701.623
Capital de Giro	71.918	151.760	115.422	194.889
Investimento	285.942	91.728	285.942	91.728
Custos com transf. Financeiras	-	(693)	(1.788)	(2.598)
Total Circulante	886.122	740.266	1.123.416	1.004.230
Não Circulante				
Modalidade				
Arrendamentos Financeiros	-	-	9.949	12.961
Ativo Permanente	390	11.985	1.980	20.665
Capital de Giro	-	3.635	12.221	77.991
Investimento	-	169.849	-	169.849
Custos com transf. Financeiras	-	(4)	(309)	-
Total de Empréstimos e Financiamentos	390	185.465	23.851	280.434
	886.512	925.731	1.147.267	1.284.664

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Por Data de Vencimento				
Em renegociação	885.909	668.249	946.309	697.812
Em até 12 meses	213	72.018	94.205	306.419
De 1 a 2 anos	390	11.532	87.814	95.890
De 2 a 3 anos	-	11.163	18.939	-
De 3 a 4 anos	-	20.903	-	24.418
De 4 a 5 anos	-	25.140	-	25.742
Acima de 5 anos	-	116.726	-	116.726
Total de Empréstimos e Financiamentos	886.512	925.731	1.147.267	1.284.664

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Por Tipo de Moeda				
Reais - R\$	886.512	925.731	1.118.648	1.260.386
Dólar Norte-Americano - US\$	-	-	28.619	24.278
Total de Empréstimos e Financiamentos	886.512	925.731	1.147.267	1.284.664

Em função do pedido de Recuperação Judicial, a maioria dos contratos de empréstimos e financiamentos estão sendo renegociados, e, por serem classificados como quirografários, não estão sendo atualizados até que seja aprovado o plano de recuperação em assembleia prevista para o dia 13 de maio de 2015.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Classificação				
Quirografários	-	398.181	-	512.232
Extraconcursal	-	-	-	92.458
Garantia Real	488.331	-	542.577	-
Total	488.331	398.181	542.577	1.147.267

Os empréstimos e financiamentos em moedas estrangeiras foram convertidos para reais, mediante a utilização das taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras, sendo US\$ 1,00 equivalente a R\$ 2,66 em 31 de Dezembro de 2014 (R\$ 2,34 em 31 de dezembro 2013).

As principais garantias dos empréstimos e financiamentos a pagar correspondem a notas promissórias, avais e garantias dos sócios, equipamentos e direitos sobre contratos de clientes.

16.1 - Reestruturação da Dívida BNDES

Em decorrência de propostas enviadas e discutidas com o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para reestruturação e equacionamento do passivo financeiro e em virtude do sucesso de negociações já concluídas como as da "put option"; do refinanciamento das debêntures da controlada Inepar Equipamentos e Montagens S.A., e, da liquidação das debêntures da sociedade incorporada Inepar Energia S.A., todas com desajustes de multa e mora, a Companhia, usando o mesmo critério das negociações já concluídas, efetuou um ajuste nos cálculos de correção no contrato de financiamento de aquisição da participação acionária na Companhia Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT. Por decisão da Diretoria, neste exercício foram estornados os ajustes efetuados nos cálculos de correção e registrados os encargos previstos no contrato.

NOTA 17 - DEBÊNTURES (CONTROLADORA/CONSOLIDADO)

	Emissão	Controladora		Consolidado	
		Saldo 31/12/2013	Adições/Baixas	Variação Monetária	Saldo 31/12/2014
5ª Inepar S.A. Indústria e Construções	94.875	(9.726)	24.934	110.083	
SALDO CONTROLADORA (CP e LP)	94.875	-9.726	24.934	110.083	
1ª Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	412.824	-	43.137	455.961	
SALDO CONSOLIDADO (CP e LP)	507.699	(9.726)	68.071	566.044	

Quinta emissão Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
 A 80ª AGE, de 18 de julho de 2012, aprovou a emissão de 15.000 debêntures de série única, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10 totalizando o montante de R\$ 150.000. As Debêntures são objeto de distribuição pública com esforços registros de colocação nos termos da Instrução CVM 476, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, a Oferta Restrita automaticamente dispensada do regime de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976.

As Debêntures emitidas possuem garantias reais representadas pela cessão fiduciária de direitos creditórios e de aplicação financeira e alienação fiduciária de bem imóvel. As Debêntures circulante com as garantias a seguir descritas:

- (i) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de instrumentos celebrados pela lesa - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. e seus clientes, bem como dos direitos emergentes da conta vinculada e da sua aplicação;
- (ii) alienação fiduciária de bem imóvel de propriedade da IESA Óleo & Gás S.A. - em Recuperação Judicial;
- (iii) cessão fiduciária de direitos creditórios sobre aplicação financeira de titularidade da Companhia; e
- (iv) fiança em favor dos Debituristas ou seus sucessores legais, prestada pela Inepar Administração e Participações S.A. - em Recuperação Judicial, pela lesa - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial e pela IESA Óleo & Gás S.A. - em Recuperação Judicial, as quais se obrigarão solidariamente à Companhia como fiadoras e principais pagadoras pelo pagamento de todos e quaisquer valores devidos nos termos da Escritura de Emissão;

Remuneração das Debêntures
 As Debêntures farão jus à remuneração composta pela atualização monetária e pelos juros remuneratórios, pagos mensalmente, a partir do 13º mês contado da data de emissão (alterado pela 5ª AGD de 26/03/2013), conforme abaixo:

Atualização Monetária: o saldo devedor do valor nominal unitário será atualizado, a partir da data da 1ª (primeira) atualização das Debêntures, pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. A atualização monetária será automaticamente incorporada ao valor nominal unitário e será paga juntamente com as parcelas de amortização programada;

Juros Remuneratórios: sobre o saldo devedor do valor nominal unitário atualizado, incidirão juros prefixados, correspondentes a um percentual ao ano, equivalente a 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, desde a data da primeira integralização ou data de pagamento dos juros remuneratórios das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento;

Prazo de Carência: haverá período de carência para pagamento da Amortização Programada e da Remuneração, o qual corresponderá ao período entre a data de emissão e o 14º (décimo quarto) mês contado da data de emissão (alterado pela 18ª AGD de 27/09/2013).

Data de Vencimento: 48 (quarenta e oito) meses contados da Data de Emissão, ou seja, no dia 27 de julho de 2016.

Amortização Programada das Debêntures: a amortização programada das Debêntures será realizada mensalmente, juntamente com o pagamento da remuneração, nas datas e nos percentuais adotados na escritura de emissão, devendo os percentuais da amortização programada serem aplicados sempre sobre o valor nominal unitário atualizado existente após o evento de incorporação da atualização monetária, calculada na data de amortização programada.

Em 31 de dezembro de 2014, haviam sido subscritas 8.634 debêntures, cujo saldo contábil atualizado registrado no passivo é de R\$ 110.083.

O aumento no saldo das debêntures em 31/12/2014 deve-se às atualizações efetuadas de acordo com as cláusulas contratuais do contrato original, desconsiderando o acordo aprovado na 27ª AGE de 09 de junho de 2011, atida no parágrafo anterior. As atualizações estavam sendo reconhecidas com base em acordos informais com o BNDES levando-se em consideração os sucessos nas negociações anteriores onde foram excluídas, principalmente, as aplicações de multa e mora sobre os valores devidos.

NOTA 18 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Parcelamento Especial Lei 11.941/09 (a)	114.724	104.928	188.100	171.604
ICMS a recolher/Parcelamentos	32.095	29.977	33.942	31.214
INSS a recolher/Parcelamentos	3.346	3.117	98.748	95.199
PIS/COFINS Diferidos	387	316	11.331	24.354
ISS a recolher/Parcelamentos	6.596	6.298	16.703	15.364
ICMS a recolher/Parcelamentos	17.290	13.345	67.154	55.804
Impostos e Contribuições retidos na fonte	-	-	2.574	2.480
IRPJ e CSLL Parcelamento	-	-	6.707	5.820
Outros	5.397	4.667	19.164	10.613
Total	179.835	162.648	444.423	412.452

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Circulante				
ICMS s/Receitas	2.303	3.285	7.290	20.914
ISS s/Receitas	-	3.746	1.169	7.402
Custos a Incorrer	-	736	341.526	148.299
Total	2.303	7.767	349.985	176.615

(a) Utilizando os benefícios estabelecidos pela Lei nº 12.865 de 09 de Outubro de 2013, a Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial, a Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial, e a lesa - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial, solicitaram nova inclusão dos seus débitos previdenciários e de impostos e contribuições federais consolidados junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil. Essa consolidação de débitos foi efetuada com o apoio de consultores jurídicos especializados e resultou na reversão de valores anteriormente registrados no passivo circulante e não circulante, no montante de R\$ 277.450 na controladora e R\$ 346.925 no consolidado, os quais R\$ 259.357 na controladora e R\$ 324.263 no consolidado foram imputados a exercícios anteriores a 2011, já que foram considerados erros na apuração dos débitos consolidados incluídos no parcelamento original.

O valor de R\$ 188.100, referente ao total dos débitos consolidados está composto pelas Companhias:

	EMPRESAS	VALOR (R\$ mil)
Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial		114.724
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial		37.070
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial		36.306
TOTAL		188.100

Em 25/08/2014, a empresa, com base na Lei nº 12.996 de 18 de junho de 2014, solicitou os parcelamentos dos débitos junto a PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional) e débitos junto a Receita Federal do Brasil nas modalidades de débitos previdenciários e demais débitos. Os débitos anteriormente parcelados através da Lei nº 12.865 de 09 de outubro de 2013, foram migrados para os parcelamentos da Lei nº 12.996 e após a consolidação do parcelamento, os débitos reduções significativas das dividas tributárias. Quanto ao pagamento inicial de 20% previsto no refis informamos que estamos pleiteando judicialmente a utilização de créditos para a liquidação desta parcela. Os eventuais ganhos decorrentes deste novo parcelamento não estão refletidos nas demonstrações financeiras.

NOTA 19 - PROVISÃO DE CUSTOS E ENCARGOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Circulante				
ICMS s/Receitas	2.303	3.285	7.290	20.914
ISS s/Receitas	-	3.746	1.169	7.402
Custos a Incorrer	-	736	341.526	148.299
Total	2.303	7.767	349.985	176.615

Não Circulante

(a) Utilizando os benefícios estabelecidos pela Lei nº 12.865 de 09 de Outubro de 2013, a Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial, a Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial, e a lesa - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial, solicitaram nova inclusão dos seus débitos previdenciários e de impostos e contribuições federais consolidados junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil. Essa consolidação de débitos foi efetuada com o apoio de consultores jurídicos especializados e resultou na reversão de valores anteriormente registrados no passivo circulante e não circulante, no montante de R\$ 277.450 na controladora e R\$ 346.925 no consolidado, os quais R\$ 259.357 na controladora e R\$ 324.263 no consolidado foram imputados a exercícios anteriores a 2011, já que foram considerados erros na apuração dos débitos consolidados incl

NOTA 29 - DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS

	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
		Reapresentado		Reapresentado
Despesas Financeiras				
Juros s/impostos e contribuições	(17.486)	(10.550)	(52.634)	(32.671)
Juros/Despesas bancárias	(92.239)	(197.213)	(200.788)	(356.859)
Fianças bancárias	(546)	(249)	(546)	(249)
Atualizações de Mútuos Passivos	(7.627)	(9.076)	(359)	(1.621)
Variação monetária passiva	(26.967)	(21.371)	(27.549)	(22.833)
Outras despesas financeiras	(44.072)	(4.977)	(48.055)	(18.208)
Variações cambiais	(21)	(20.282)	(10.984)	(30.606)
	(188.958)	(263.718)	(340.915)	(463.047)
Receitas Financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	1.798	5.037	12.173	11.180
Receitas atualização debêntures	1.072	2.173	5.931	6.506
Juros auferidos	314	953	986	976
Variações monetárias ativas	10.971	4.463	12.427	4.542
Atualizações de Mútuos Ativos	11.043	11.475	11.618	15.284
Outras receitas financeiras	92.113	137.146	119.395	137.976
Variações cambiais	75	9.241	12.249	18.344
	117.386	170.488	174.779	194.808
	(71.572)	(93.230)	(166.136)	(268.239)

Estão incluídos nas despesas financeiras os valores referentes, principalmente a:

a) Atualização dos empréstimos e financiamentos;

b) Atualização das debêntures;

c) Atualização monetária dos impostos e contribuições vencidos, bem como sobre os valores dos impostos parcelados;

Os valores de receitas financeiras referem-se às atualizações sobre títulos e valores mobiliários, rendimento sobre aplicação financeira e descontos obtidos.

NOTA 30 - COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADA)

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes dos sinistros com bens do ativo permanente e dos estoques.

As máquinas, equipamentos e demais ativos da Companhia estão segurados através da apólice de seguro compreensivo empresarial contratado junto a Seguradora.

A referida apólice possui cobertura de seguro contra incêndio e riscos diversos para todos os ativos que fazem parte da unidade industrial de Araraquara - SP, atualmente utilizada pela IESA. Os estudos para determinação dos montantes e riscos para cobertura foram avaliados por especialistas independentes. A Administração considera que o montante de cobertura de seguro é suficiente para cobrir eventuais sinistros em seus equipamentos.

Para redução dos riscos relacionados ao não cumprimento do desempenho contratado pelos clientes, a Companhia adquiriu "seguros performance", que garantem o ressarcimento de até R\$ 111.098 de eventuais multas contratuais.

Principais coberturas/limites máximos de indenização válidos para todos os ativos da unidade de Araraquara-SP, onde se encontram as máquinas e equipamentos.

Modalidade	Objeto	Cobertura	Vigência
Seguro Compreensivo	Edifícios, Instalações, Maquinismos, Móveis, Utensílios, Mercadorias e Matérias-primas	157.000	De 10/10/2014 a 10/10/2015

Limite máximo de garantia da apólice R\$157.000

NOTA 31 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
		Reapresentado		Reapresentado
Salários	4.204	3.770	167.464	284.587
Gastos Previdenciários	1.733	1.436	28.031	79.213
Participação nos resultados	230	143	230	8.814
Total	6.167	5.349	195.725	372.614
Número de Empregados	75	95	3.074	6.012

DIRETORIA EXECUTIVA		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Warley Isaac Noboa Pimentel - Diretor Presidente	Ricardo Woitowicz - Diretor Comercial	Atilano de Oms Sobrinho	Di Marco Pozzo
Irajá Galliano Andrade - Diretor de Relações com Investidores		Jará Galliano Andrade	Valdir Lima Carreiro
			Carlos Alberto Del Claro Gloger
			Cesar Romeu Fiedler
			Marcelo Alves Varejão

CONTADOR: Jair Malpica - CPF 667.583.788-53 - CRC-1SP100417/O-6

PARER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da INEPAR S/A INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES, no uso de suas atribuições legais, examinou as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2014. Com base nos exames efetuados e considerando, ainda, o parecer dos auditores externos BAKER TILLY BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES S/S, datado de 30 de abril de 2015, bem como as informações e esclarecimentos que os mesmos prestaram, e os parágrafos de ênfases e as ressalvas apontadas no parecer pelos

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos administradores e acionistas Inepar S.A. Indústria e Construções - em recuperação judicial São Paulo - SP.

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis individuais da Inepar S.A. Indústria e Construções - em recuperação judicial (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo à descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Fomos contratados para examinar também as demonstrações contábeis consolidadas da Inepar S.A. Indústria e Construções - em recuperação judicial e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo à descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes.

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Em decorrência dos assuntos descritos no parágrafo Base para abstenção de opinião, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria.

Bases para a abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis.

i) Recuperação judicial.

Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às Demonstrações Contábeis, a Companhia, em conjunto com sua controladora Inepar Administração e Participações S.A. e outras empresas do Grupo, ajuizou pedido de recuperação judicial, nos termos da Lei 11.101/05, que foi deferido em 15 de setembro de 2014. A decisão que deferiu o pedido de recuperação também estipulou a apresentação do plano de recuperação judicial para o dia 24 de novembro de 2014, o que foi cumprido pela Companhia. A Assembleia Geral de Credores foi convocada para o dia 24 de fevereiro de 2015. Ao ser instaurada a Assembleia, um dos credores solicitou a suspensão da mesma, que, colocada em votação, foi aprovada, suspendendo-a até o dia 17 de abril de 2015, às 10 horas. Porém, com o principal objetivo de finalizar os acordos em andamento com os principais credores, a Assembleia foi posteriormente adiada para 13/05/2015.

Dessa forma, a Companhia está em fase de aprovação do plano de recuperação judicial, não tendo mensurado até a presente data os possíveis efeitos sobre os saldos patrimoniais tendo em vista a aprovação ou não do Plano de Recuperação Judicial por parte dos credores. Em 31 de dezembro de 2014, as demonstrações contábeis foram preparadas, assim como os ativos e passivos classificados e valorizados, presumindo a continuidade normal dos negócios. Adicionalmente, a Companhia apresenta passivo à descoberto de R\$ 1.089.066 mil em 31 de dezembro de 2014 a prejuízo no exercício de 2014 no montante de R\$ 743.777 mil. Dessa forma, o pressuposto de continuidade adotado na preparação das demonstrações contábeis dependerá da aprovação do plano de recuperação judicial pela Assembleia de Credores e da demonstração da viabilidade da continuidade por parte da administração da Companhia.

ii) Mútuo a receber de pessoa ligada - Sadefem Equipamentos e Montagens S.A.

Conforme descrito na nota explicativa nº 23 às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2014, encontra-se registrado, no grupo de Partes Relacionadas, ativo não circulante, saldo de mútuo de R\$ 131.026 mil com a sociedade Sadefem Equipamentos e Montagens S.A., também em recuperação judicial. A realização deste saldo está vinculada a aprovação do plano de recuperação judicial das Companhias pela Assembleia de Credores e à demonstração da viabilidade da continuidade das operações por parte de sua administração.

iii) Debêntures a receber da Ibrafem Estruturas Metálicas.

Conforme descrito na nota explicativa nº 8 às Demonstrações Contábeis, a Companhia mantém registrados saldos a receber de R\$ 11.189 mil e de R\$ 70.382 mil nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, respectivamente, referentes a debêntures não conversíveis emitidas pela Ibrafem Estruturas Metálicas S.A. que, por sua vez, tem como principal ativo a participação no capital social da Sadefem Equipamentos e Montagens S.A. A realização desse saldo a receber de debêntures está vinculada a aprovação do plano de recuperação judicial da Sadefem e demais Companhias pela Assembleia de Credores e à demonstração da viabilidade da continuidade das operações por parte de sua administração.

iv) Encontro de contas de saldos quirografários entre empresas ligadas.

Conforme descrito na nota explicativa nº 23 às Demonstrações Contábeis, a Companhia procedeu ao encontro de contas e a liquidação de determinados saldos, habilitados como quirografários no processo de recuperação judicial, entre empresas do Grupo Inepar. Tais liquidações foram efetuadas através de cessão de créditos entre as empresas, da compensação entre saldos devedores e credores, bem como pela transferência de créditos para a conta de adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC. A validade dessas compensações e liquidações, por se tratarem de quirografários, dependerá de aprovação pela Assembleia dos Credores.

v) Parcelamento de impostos e contribuições a recolher.

Conforme descrito na nota explicativa nº 18 às Demonstrações Contábeis, a Companhia e suas controladas, através da Lei de reabertura do Refis (Lei nº 12.865/13 de 09 de outubro de 2013), solicitaram inclusão de seus débitos previdenciários, impostos e contribuições federais consolidados junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil. A consolidação de débitos foi efetuada com apoio de consultores jurídicos especializados e resultou na reversão, nas demonstrações contábeis do exercício de 2013, de valores anteriormente registrados nos passivos circulante e não circulante, no montante de R\$ 277.450 mil nas demonstrações contábeis individuais e de R\$ 346.925 mil nas demonstrações contábeis consolidadas.

No entanto, os débitos incluídos no parcelamento não estavam em consonância com o determinado pela referida Lei e a reversão de passivos foi efetuada de forma inadequada.

Também conforme descrito na nota explicativa nº 18 às Demonstrações Contábeis, a Companhia e suas controladas, em 25/08/2014, com base na Lei nº 12.996/14, de 18 de junho de 2014, solicitaram a migração dos débitos anteriormente parcelados através da Lei nº 12.865 para os parcelamentos instituídos pela Lei nº 12.996/14. No entanto, essa adesão ainda não foi homologada pela Secretaria da Receita Federal, em função de estar sendo pleiteada judicialmente a utilização de créditos para a liquidação da parcela inicial estipulada pela Lei nº 12.996/14, correspondente a 20% do valor devido. Os eventuais efeitos decorrentes deste novo parcelamento não estão refletidos nas demonstrações contábeis.

vi) Saldos registrados na rubrica de Estoques nas demonstrações contábeis consolidadas. Não foi realizada pela administração da controlada indireta IESA Óleo e Gás S.A. a contagem física de seus estoques no encerramento do exercício de 2014. Não foi possível nos satisfizermos por meios alternativos quanto às quantidades em estoques de insumos e de materiais existentes em 31 de dezembro de 2014, que estão registradas no balanço patrimonial consolidado, no grupo do ativo circulante, conforme detalhado na nota explicativa nº 9 às demonstrações contábeis, por R\$ 130.206 mil. Até a data de emissão deste relatório, a administração da Companhia estava realizando as contagens físicas com vistas à apuração

NOTA 32 - REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da controladora e de suas controladas para 2014 foi atribuída à remuneração dos administradores, em atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas, a seguir descritas:

	Controladora	Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
		Reapresentado		Reapresentado
Remuneração Conselho	300	276	332	344
Remuneração de Diretores	3.540	2.051	13.856	13.364
Previdência Privada	-	-	249	302
Total	3.840	2.327	14.437	14.010

NOTA 33 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

Consolidado Em 31 Dezembro de 2014	Geração & E atos	Constr. & Montagens	Comp. Reativa	Isa-Oleo&Gás	Total
Receita bruta total	133.963	42.940	26.040	441.786	644.729
Impostos/Deduções	(946)	(1.481)	(6.187)	(16.784)	(25.398)
Custos dos Produtos e Serviços	(215.692)	(28.524)	(15.375)	(507.210)	(766.801)
Margem Bruta	(82.675)	12.935	4.478	(82.200)	(147.470)

NOTA 34 - AJUSTE A VALOR PRESENTE

Circulante

Clientes	
AVP s/Clientes	
Saldo Clientes e Outros Créditos a Receber	
Fornecedores	
AVP s/Fornecedores	
Saldo de Fornecedores	

Demonstração do Resultado

Resultado antes dos efeitos do Ajuste a Valor Presente

Receita Bruta - Ajuste	(44)	(38)
Custo dos Produtos Vendidos - Ajuste	47	698
Receitas Financeiras		
. AVP Clientes	43	36
Despesas Financeiras		
. AVP Fornecedores	(27)	(164)
Ajuste dos Impostos Diferidos		
. Constituição do Ajuste	(1)	(224)
. Realização do Ajuste	(6)	44
Resultado após os efeitos do Ajuste a Valor Presente	(743.777)	(405.271)

NOTA 35 - EVENTOS SUBSEQUENTES

A Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial, realizou no exercício de 2015, as seguintes alienações de ativos, que foram devidamente aprovadas pelo Juiz da Recuperação:

- Andritz Hidro Inepar do Brasil S.A.

Através do contrato de compra e venda de ações assinado em 13/02/2015, a Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial, alienou a totalidade de sua participação acionária à favor da Andritz Brasil Ltda. Em 17/04/2015, o juiz responsável pela Recuperação Judicial, autorizou a referida transação.

- Inepar Telecomunicações S.A.

A Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial, celebrou, sob condição suspensiva da homologação judicial do plano, instrumento particular de compra e venda de ações, assinado em 26/12/2014, por meio do qual alienou a totalidade de sua participação acionária à WHPH Participações e Empreendimentos S.A.

DIRETORIA EXECUTIVA		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Warley Isaac Noboa Pimentel - Diretor Presidente	Ricardo Woitowicz - Diretor Comercial	Atilano de Oms Sobrinho	Di Marco Pozzo
Irajá Galliano Andrade - Diretor de Relações com Investidores		Jará Galliano Andrade	Valdir Lima Carreiro
			Carlos Alberto Del Claro Gloger
			Cesar Romeu Fiedler
			Marcelo Alves Varejão

CONTADOR: Jair Malpica - CPF 667.583.788-53 - CRC-1SP100417/O-6

PARER DO CONSELHO FISCAL

auditores independentes acima mencionados, assim como, em decorrência da abstenção de opinião sobre as Demonstrações Consolidadas, os conselheiros por unanimidade, optam pela abstenção de expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Curitiba, 30 de abril de 2015. Adrian Monge Jara; Camille Cure; José Higinio Buczenko; Arthur Tornatore Siesser; Rubens Gerigk.

das quantidades efetivamente existentes e à regularização dos saldos contabilizados. Em função disso, não foi possível determinarmos se haveria ajustes nos saldos de estoques registrados nessa data, assim como nos correspondentes montantes de custo dos produtos vendidos que impactaram as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (passivo à descoberto) e dos fluxos de caixa.

vii) Saldos registrados na rubrica de Contas a Receber nas demonstrações contábeis consolidadas referentes a participações em consórcios.

Encontra-se registrado nas demonstrações contábeis consolidadas, na rubrica de Clientes Internos, grupo do ativo circulante, detalhado na nota explicativa nº 7 às demonstrações contábeis, saldo de R\$ 52.155 mil referente à participação minoritária da controlada indireta IESA Óleo e Gás S.A. em negócios constituídos na forma de Consórcios. Não foi possível obtermos evidência de auditoria suficiente sobre esses saldos registrados, motivo pelo qual não foi possível determinarmos se haveria ajustes sobre os mesmos, assim como nas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (passivo à descoberto) e dos fluxos de caixa.

Abstenção de opinião sobre as Demonstrações Contábeis Individuais.

Devido à relevância e abrangência dos assuntos descritos na seção "Bases para a abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis", até esta data, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis individuais. Conseqüentemente, não expressamos opinião sobre as demonstrações contábeis acima referidas.

Abstenção de opinião sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Devido à relevância e abrangência dos assuntos descritos na seção "Bases para a abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis", até esta data, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Conseqüentemente, não expressamos opinião sobre as demonstrações contábeis acima referidas.

Ênfases.

a) Reapresentação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013.

Conforme descrito na nota explicativa nº 4, as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 estão sendo reapresentadas incorporando os seguintes aspectos:

- Reclassificação do saldo do investimento nas Centrais Elétricas Matogrossenses - Cemat, detido pela controlada Penta Participações e Investimentos Ltda., do grupo de investimentos destinados à venda para o grupo de investimentos permanentes, bem como alteração do critério de avaliação para o método da equivalência patrimonial.
- Provisão para participação no passivo à descoberto da controlada Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em recuperação judicial - gerado pelo ajuste do saldo das debêntures de sua emissão pelas condições de remuneração originalmente contratadas.
- Ajuste referente ao recálculo das dívidas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social de acordo com as condições de encargos previstas no contrato original.

Auditamos e concordamos com esses ajustes.

ii) Integralização de capital na controlada em conjunto Andritz Hidro Inepar.

Conforme descrito na nota explicativa nº 14, a Companhia, no primeiro trimestre de 2008, subscreveu ações ordinárias nominativas na coligada Andritz Hidro Inepar do Brasil S.A. A integralização ocorreu mediante cessão de máquinas e equipamentos e de entrega de notas promissórias com vencimentos futuros. As notas promissórias vêm sendo liquidadas nas datas estipuladas, tendo a última liquidação ocorrido em 31 de dezembro de 2014. Nossa opinião não contém ressalva em relação a este assunto.

Outros assuntos.

a) **Demonstrações de valor adicionado.**

Fomos contratados para examinar, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação do DVA. No entanto, devido à relevância dos assuntos descritos na seção "Bases para a abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis", até esta data, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essa demonstração.

b) **Demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013 originalmente apresentada.**

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 originalmente apresentadas foram por nós auditadas e sobre elas emitimos relatório de auditoria, datado de 10 de março de 2014, contendo as ressalvas e ênfases que reproduzimos a seguir:

i) Investimento destinado à venda e respectivo ágio na aquisição - Centrais Elétricas Matogrossenses.

Conforme descrito na nota explicativa nº 11, a Companhia mantém saldo de R\$ 203.854 mil (R\$ 203.854 mil em 2012) nas demonstrações contábeis consolidadas registrado em Investimentos / Bens Destinados à Venda. Ativo Circulante, referente a participação de sua controlada Penta Participações e Investimentos Ltda. na Centrais Elétricas Matogrossenses - CEMAT que, conforme deliberado pelo Conselho de Administração no ano de 2004, está destinada à venda.

Conforme descrito na nota explicativa nº 14, a Companhia mantém saldo de R\$ 162.374 mil (R\$ 162.374 mil em 2012) nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, registrado em Investimentos, Ativo Não Circulante, referente a ágio apurado em investimento na empresa Inepar Energia S.A. (sociedade incorporada no ano de 2011) fundamentado na expectativa de rentabilidade futura das Centrais Elétricas Matogrossenses - CEMAT.

Com base nos estudos técnicos que nos foram apresentados, não nos foi possível concluir sobre adequação dos valores registrados nem, tampouco, sobre suas perspectivas de realização. Dessa forma, os prazos e valores de realização dos referidos ativos poderão ser diferentes dos atualmente registrados.